

DETERMINANTES SOCIAIS E O IMPACTO NO COTIDIANO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM MUNICÍPIOS RURAIS¹

Pedro Henrique Ferreira de Menezes², Jacqueline Müllich Fensterseifer³, Bianca Silva Carneiro⁴, Julia⁵, Leni Dias Weigelt⁶, Suzane Beatriz Frantz Krug⁷

¹ Pesquisa Institucional desenvolvida no Grupo de Estudos e Pesquisa em Saúde- GEPS

² Aluno do Curso de Graduação em Odontologia da UNISC, Bolsista PUIC/UNISC. pedromenezesf@gmail.com - Santa Cruz do Sul/RS/Brasil.

³ Mestranda do Mestrado Profissional em Psicologia UNISC. jacquelinemullichf@gmail.com- Santa Cruz do Sul/RS/Brasil.

⁴ Aluno do Curso de Graduação em Enfermagem da UNISC, carneiro.bianca@gmail.com - Santa Cruz do Sul/RS/Brasil.

⁵ Estudante do Ensino Médio, Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPq, arandajuliagabriela@gmail.com - Santa Cruz do Sul/RS/Brasil.

⁶ -Professor Orientador, Doutora, Professora Adjunta do Departamento de Ciências da Saúde e do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu, Mestrado Profissional em Psicologia da UNISC.lenid@unisc.br - Santa Cruz do Sul/RS/Brasil.

⁷ Professor orientador, Doutora, Professora Adjunta do Departamento de Ciências da Saúde e do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu, Mestrado e Doutorado em Promoção da Saúde da UNISC. skrug@unisc.br - Santa Cruz do Sul/RS/Brasil.

Introdução: Os determinantes sociais da saúde são modelares no reconhecimento das intervenções e das limitações na prevenção dos riscos de adoecimento das pessoas em sociedade. São fatores que influenciam nas condições de saúde da população, como biológicos, ambientais, modo de vida e funcionamento dos serviços de saúde. Conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS), um conjunto mais amplo de forças como as econômicas, sociais, normativas e políticas interferem nesses fatores. Em 2005 foi criada a Comissão sobre Determinantes Sociais da Saúde (CDSS) com o objetivo de reunir evidências científicas que gerassem um movimento global pela igualdade na saúde. No relatório dessa comissão em 2008, consta três eixos de ações que são, melhorar as condições de vida com intervenções dirigidas a grupos etários específicos, como a primeira infância, as mulheres e outros; combater a distribuição desigual de poder e recursos, com ações políticas do setor público e governança que promova a equidade; avaliar a magnitude dos problemas e os efeitos das intervenções. Nos municípios rurais, com 70% ou mais da população residente na zona rural, os recursos são poucos, em especial os financeiros que interferem diretamente no planejamento e organização dos serviços de saúde. A desigualdade social é visível ao observarmos as condições socioeconômicas, de infraestrutura, acesso às políticas públicas de saúde, educação, transporte e lazer. As pessoas com deficiência (PcDs) que residem na zona rural se deparam com diversos obstáculos em seu cotidiano, incluindo-se os que sucedem no interior do núcleo familiar e os externos a esse núcleo, que impedem o deslocamento e acesso a outros espaços. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Lei Federal Nº 13.146 de 06 de julho de 2015, tem como objetivo assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades

fundamentais destas pessoas. O Grupo de Estudos e Pesquisa em Saúde da Universidade de Santa Cruz do Sul (GEPS/UNISC) tem pesquisado sobre a atenção à Pessoa com Deficiência e identificado diversas situações de vulnerabilidade social das pessoas com deficiência e suas famílias. **Palavras-chave:** política pública, saúde, acesso aos Serviços de Saúde **Objetivos:** Este estudo tem como objetivo, descrever sobre o perfil das PcDs e as condições de atenção à saúde em cenário rural. **Metodologia:** Trata-se de um estudo exploratório, descritivo, de cunho qualitativo, oriundo da pesquisa intitulada “Pessoas com deficiência e suas famílias em contexto rural: Os itinerários terapêuticos e as políticas públicas” em desenvolvimento pelo Grupo de Estudos e Pesquisa da Universidade de Santa Cruz do Sul (GEPS-UNISC). O estudo tem sua sustentação teórica na Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência. A base geográfica da investigação é a 28ª Região de Saúde do Rio Grande do Sul, que conta com 13 municípios pertencentes a 13ª Coordenadoria Regional de Saúde. O critério de inclusão no estudo foi as condições populacionais dos municípios, os quais deveriam apresentar uma população rural maior que 70%, o que constitui um campo empírico de seis municípios. O instrumento de coleta de dados desta pesquisa, foi um questionário com questões abertas e fechadas, previamente elaboradas aplicado em quatro municípios. Devido às condições climáticas e a pandemia do Covid-19 as visitas e coletas de dados em dois municípios foram suspensas no primeiro semestre de 2020. **Resultados:** Participaram deste estudo 39 pessoas, sendo 36 PcDs e 3 familiares dos PcDs, que não tinham condições de emitir respostas. São 26 homens e 13 mulheres, com idade entre 22 e 78 anos, e a escolaridade da maioria é ensino fundamental incompleto (21), quatro com ensino fundamental completo, quatro com ensino médio incompleto, três ensino médio completo e sete não frequentaram escola. Quanto ao tipo de deficiências, autorreferidas, são 19 intelectuais, 16 físicas adquiridas, uma visão congênita, uma visão adquirida, uma auditiva congênita e uma não soube informar, destes, 10 usam prótese. No que se refere ao desenvolvimento de atividades remuneradas, 8 são ativos e 12 não realizam. A maioria recebe algum benefício financeiro, apenas quatro não recebem. No quesito mobilidade, 11 utilizam o transporte público e 10 o carro da família e nenhum destes veículos são adaptados para pessoas com deficiência. Vinte PcDs informam ter dificuldade no acesso aos serviços de atendimento à saúde pela distância do posto de saúde da sua residência, pela escassez de veículos e condições precárias de transporte. Dez destes não contam com serviço de saúde em seu distrito/linha e as estradas estão em más condições para trafegar. **Conclusões:** A atenção à saúde é um dos determinantes mais importantes, assim como o modo de vida, a idade, a ocupação, o grau de instrução e de deficiência. São fatores significativos que se associam às condições de acesso aos serviços e às políticas públicas. A deficiência pode ser congênita ou adquirida ao longo da vida, independente do gênero, idade, cor e raça. As regiões rurais apresentam condições que interferem no modo de vida de sua comunidade. As pessoas que nascem e crescem na região rural têm maior facilidade de adaptação ao meio, inclusive naturalizam e aceitam algumas irregularidades, como algo inerente ao local. Para amparar as PcDs em suas necessidades é de extrema importância conhecer as suas especificidades e garantir visibilidade às

mesmas. Além disso, publicar estudos que descrevam esses cenários e apontem para melhorias. Desta forma, pode-se expandir as políticas públicas para regiões rurais. A ampliação de pesquisas, como esta, que desenvolve reflexões e debates sobre a temática da pessoa com deficiência, possibilitam o aprimoramento de ações, programas e contribuem para reformas e inovações neste âmbito.